

## Ensaio Sobre Educação, Política e Cidadania

An Essay About Education, Politics and Citizenship

Por **Thyeles Borcarte Strelhow**

Graduando em Teologia (Escola Superior de Teologia)

Graduando em Pedagogia (PUCRS)

thyeles@hotmail.com

### Resumo:

A educação possui as marcas deixadas pela ideologia da sociedade e que são herdadas pela política e pela cidadania. Como agentes históricos devemos ser pessoas reflexivas sobre as intenções por trás de pensamentos e idéias a que somos expostos. Desse jeito, não podemos eximir a educação de sua relação entre a política e a cidadania. Ela pode contribuir para a conservação dos meios de dominação e exclusão da sociedade como para minar estas posições cristalizadas, na busca de pessoas que possam exercer sua capacidade crítica.

### Palavras-chave:

Política, Cidadania, Educação, Construção, Conhecimento

### Abstract:

Education has the marks left by the society's ideology, which are inherited by politics and by citizenship. As historical agents, we need to think about what is behind the thoughts and ideas to which we are exposed to. This way, we cannot say that education has no relation with politics and citizenship. Education can contribute to conserve the means of domination and exclusion in society or to mine this crystallized positions, in the search for people who can exercise their criticism.

### Keywords:

Politics, Citizenship, Education, Construction, Knowledge

### Introdução

Ao pesquisarmos sobre educação, política e cidadania, poderemos constatar que existe uma intrínseca relação entre as três áreas. Não existe educação que não seja política, aliás, a educação em si é um *ato político*. Tudo que envolve a educação, a maneira de organizar o currículo, a Proposta Político Pedagógica, os métodos de ensino e os programas estão justificados também pelas expectativas e idéias políticas que as pessoas têm em relação à educação. Se for uma escola mais

tradicional, tudo o que a envolve terá um caráter conservador, porém, se a escola for mais progressista, o seu caráter de ensino abrangerá idéias na direção da construção do conhecimento. Além disso, não há como dizermos que exista uma escola “neutra” como propunha o pensamento kantiano. A escola é formada por pessoas e toda pessoa possui sentimentos, opiniões, ideologias, sonhos e idéias em que acreditam e em que apostam. Não há como estabelecer uma posição de distância do objeto pesquisado como defendiam os

iluministas. Quando atuamos na educação, direta ou indiretamente, estamos levando toda nossa história junto nesta atuação educativa.

Consta lembrar também que a educação está inserida numa sociedade, quer dizer, num contexto. Vivemos numa sociedade que se diz democrática, em que cada cidadão/a tem o direito de exercer o seu poder de decisão. Assim, a educação, antes de mais nada, é democrática, corroborando para um modelo escolar democrático, em que as pessoas envolvidas na educação participam do ato de mão dupla de *ensinar* e *aprender*. Uma escola em conformidade com o processo educativo democrático deve estimular os/as envolvidos/as a desenvolverem o poder da reflexão sobre a situação em que se encontram, sobre seu contexto e sobre todas as tendências de pensamento que as circundam. Uma pessoa que pensa criticamente sobre as coisas também refletirá sobre suas ações e sua atuação no mundo que a cerca, e atuando como Aparelho Ideológico do Estado pode minar ou conservar a ideologia predominante.<sup>1</sup>

Como há uma profunda influência da política na educação, tanto quanto há a influência da educação na política, a cidadania completa este tripé dando as coordenadas de ação ao discurso. Esta influência conflui na atuação do/da cidadão/ã em seu contexto. É no seu dia-a-dia que a pessoa, influenciada pelas diversas formas de pensar da educação, da política e de outros canais de informação, irá concretizar seu pensamento. De certo, então, a cidadania é influenciada por essas tendências de pensamentos, mas de maneira dialógica influencia novos modelos de pensamento. Desta maneira, o tripé da educação, política e cidadania exerce um poder de construção congruente.

### Política e cidadania

A palavra política possui, em sua raiz, a palavra grega *polis*, que significa sociedade organizada sob

um governo escolhido pelos integrantes desta sociedade. De acordo com Cláudio Lembo<sup>2</sup>, política “é a ciência e a arte da conquista, exercício e preservação do poder, visando a condução racional de pessoas e a administração dos bens”. A política só existe porque vivemos em sociedade, como esclarece o termo grego. Não existe política sem que haja o relacionamento entre as pessoas, e o inverso também é plausível que não existe relação humana que não seja política. Em todas as relações humanas, necessitamos defender nosso espaço, ou seja, conquistar nossa voz na família, no emprego, no lazer, na religião e não seria diferente na educação.<sup>3</sup>

Quando falamos em política, pensamos relações humanas que envolvem disputa de poder, e esta disputa de poder está direcionada aos antagônicos. Com a política, dita na forma de governo, não se procura convencer, mas vencer. É como vemos na política partidária em que um partido com determinado plano de governo tenta ganhar as eleições e chegando ao seu final, o partido que perdeu continua em situação de oposição e não se mostra convencido pelas idéias do partido vencedor.<sup>4</sup> Desta maneira, em nossas relações, não podemos negar que as ações sempre estarão carregadas de intenções políticas em relação ao poder, porém poderemos partir para a forma partidária de política quando tentamos vencer opiniões divergentes ou por meio do pensamento crítico em relação às diversas concepções. Esta é a diferença da política adotada pela educação: o/a educador/a não procura vencer o/a educando/a ou vice-versa, mas sim, ambos procuram convencerem-se do conhecimento.

Podemos perceber que há duas interpretações em relação à política. Primeiro, a afirmação de que

<sup>2</sup> LEMBO, Cláudio. Dilemas no mundo político contemporâneo. In: LIBERAL, Márcia Mello Costa de (Org.). *Ética e cidadania*. São Paulo: Mackenzie, 2002. p. 60.

<sup>3</sup> LEMBO, 2002, p. 60.

<sup>4</sup> SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 33. ed. Campinas: Editores Associados, 2000. p.82-84. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 5)

<sup>1</sup> O termo AIE foi elaborado por Althusser.

tudo é política. Toda a relação humana, que denota a relação societária, está ligada à política, de acordo com a visão aristotélica que afirma que “o homem é um animal político”. Segundo, a contraproposta feita por Saviani, toda a concepção política está demonstrada na relação entre antagônicos, em que há a relação de dominação e de dominado, é a política organizada na forma de classes.

A meu ver, as relações humanas são atuações políticas. Tudo quanto fazemos ou pensamos parte de uma concepção política. Em nossas relações profissionais e pessoais, ora mantemos o *status quo*, ora somos incisivos em nossas opiniões. Dessarte, quando nos relacionamos, estamos sendo políticos. Contudo, não podemos exumar do termo política o caráter tensional e achar que política é apenas dar-se bem com as pessoas, aliás, esta é uma concepção política de apaziguamento dos conflitos, pois mesmo a democracia, dita igualitária e libertadora, está pautada pela disputa entre desiguais na forma da disputa das classes pelo poder.

O termo cidadania tem em sua origem na palavra *cidade*, que vem do latim *civitas*, *civitatis*, e quer dizer uma sociedade organizada. Cidadania é a forma pela qual alguém se torna civil, que habita numa cidade e que, então, faz parte de uma *civilização*.<sup>5</sup> A partir do termo grego de política (*polis*) podemos fazer uma conexão com o termo latino (*civitas*) visto que ambos destacam a organização de uma sociedade.<sup>6</sup> Logo, o/a cidadão/ã é o sujeito que atua nesta sociedade organizada. Sintaticamente, dizemos que a cidadania é a prática da política, de forma que a atuação do/da cidadão/ã parte do princípio do bem coletivo em denotação dos interesses individuais.<sup>7</sup> De forma mais sistematizada, os romanos conceituam cidadania como “o vínculo jurídico-político que, traduzindo a pertença de um indivíduo um Estado,

o constitui perante este num particular conjunto de direitos e obrigações”.<sup>8</sup>

Foi nessa dimensão jurídico-político que o termo cidadania veio sendo construído no decorrer dos séculos. Podemos perceber isto, num primeiro momento, relacionando cidadania ao direito de liberdade como um elemento civil concedido a todas as pessoas no século XVIII e XIX. Posteriormente, no século XX, a cidadania ganhou um entendimento além, como um elemento político com direito à participação no exercício do poder político e a conjugação do elemento social ligado ao direito do bem-estar econômico e à herança social com o surgimento dos direitos trabalhistas.<sup>9</sup> Semelhantemente, Darcísio Corrêa define que cidadania “significa a realização democrática de uma sociedade compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida”.<sup>10</sup>

Assim, podemos perceber que o *status* de cidadão/ã não possui apenas direitos, por mais ilusórios que sejam,<sup>11</sup> mas também deveres. O/a cidadão/ã deve reconhecer isto na sua atuação cidadã e a educação tem o objetivo de auxiliá-lo/a a refletir sobre os seus deveres como cidadão/ã. É importante lutarmos por nossos direitos, mas, de igual modo, devemos assumir o nosso papel responsável no coletivo de comprometimento com os deveres necessários, como contribuir para a luta que garanta o cumprimento do papel do Estado de

<sup>5</sup> LIBÂNIO, João Batista. **Ideologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1995. p. 16.

<sup>6</sup> LEMBO, 2002, p. 60.

<sup>7</sup> LIBÂNIO, 1995, p. 19.

<sup>8</sup> RAMOS, Moura. **Cidadania**. Lisboa: Enciclopédia Verbo, 1983. p. 824.

<sup>9</sup> CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**, 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2006. p.214.

<sup>10</sup> CORRÊA, 2006, p. 217.

<sup>11</sup> Digo ilusório, pois, de acordo com Dionísio Corrêa, citando Marshall, o capitalismo e seu sistema econômico “era dominado pelos direitos civis que conferem a capacidade legal de lutar pelos objetos que o indivíduo gostaria de possuir, mas não garantem a posse de nenhum deles. Um direito de propriedade não é um direito de possuir uma propriedade, mas um direito de adquiri-la, caso possível, e de protegê-la, se puder obtê-la” (CORRÊA, 2006, p. 213).

suprir o bem estar de todas as pessoas, com uma melhor distribuição de renda, por exemplo. Também é papel da educação instrumentalizar todos/as para poderem avaliar até que ponto os “ditos direitos” são, na verdade, direitos ou apenas maquiagem de um sistema excludente e escravizador. Assim, a educação assume o papel de mudança, munindo os indivíduos de instrumentos do pensamento crítico, para que eles possam exercer o seu papel com responsabilidade com o coletivo e com consciência do seu poder.

### A situação da escola

Após termos conduzido uma pequena noção dos termos política e cidadania, queremos, neste momento, dar uma pincelada sobre a situação escolar que encontramos hoje na educação brasileira. Com a afluência do modelo progressista de educação,<sup>12</sup> reflete-se um novo modo de pensar a escola na atualidade. Através de idéias que unem o conhecimento ao contexto da criança, busca-se dar mais significado à educação, que vai além de uma mera transmissão de conteúdos ou aquisição de certificados.

Apesar de a idéia progressista justificar que o conhecimento deve produzir significado ao/a educando/a, podemos avaliar que a escola de hoje ainda possui um grande caráter de produzir pessoas normais.<sup>13</sup> Parte-se direto para a síntese sem avaliar e discutir a antítese, deixando, assim, de estimular o pensamento crítico frente às situações cotidianas da vida. Mínimamente, há valorização das experiências que o/a aluno/a traz para a sala de aula; convém prender-se ao conhecimento técnico transmitido

por anos através da memorização e cristalização dos livros didáticos. Busca-se ensinar o máximo em menos tempo possível.<sup>14</sup> Enfim, ensina-se de forma desintegrada ficando só com a cabeça (memorização) e esquecendo que o/a educando/a é uma pessoa que possui mãos, pernas, sentimentos, paladares, tatos, ou seja, que o/a educando/a é uma pessoa que possui outras habilidades para produzir o conhecimento.<sup>15</sup>

Infelizmente, esse modelo de escola baseado na memorização acaba tornando-se uma promessa danosa que extermina os sonhos de quem aprende. Quando se desfavorece um/a aluno/a que não consegue exercer bem sua capacidade de “decoreba”, ignorando outras potencialidades, condena-se o/a aluno/a ao fracasso. Assim, a escola vai fabricando a ordem natural de escolha de quem é bom e de quem é ruim, dos/as que servem para os/as que não servem, os/as que serão bem sucedidos/as e os/as que não alcançarão o sucesso. Esse modelo de escola serve à política capitalista pós-moderna, em que a posição social que cada pessoa ocupa é dada pelo pouco ou muito esforço em consegui-lo. Não se leva em consideração toda a situação social e a influência do contexto na aprendizagem. A escola que no século XIX era vista como um meio de propagar o progresso, a igualdade e a liberdade das pessoas acaba por escravizá-las.<sup>16</sup>

<sup>12</sup> LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1999. p.32-44. Nestas páginas, o autor trata sobre a tendência progressista e cita alguns autores que a influenciaram, como Paulo Freire, José Carlos Libâneo, Miguel Gonzales Arroyo, Makarenko, B. Charlot, Suchodolski, Manacorda, G. Synders e Demerval Saviani.

<sup>13</sup> Aqui, entende-se normais como pessoas que estão dentro da norma, que foram, a partir de uma fôrma, formatados para pensar e agir.

<sup>14</sup> Importa igualmente destacar que não só a escola acelera o processo de aprendizagem como também a sociedade em que se insere as crianças quando são destinadas a variadas tarefas, que muitas vezes não trazem nenhum prazer para elas. Exemplo disso são tarefas como judô, natação, *ballet*, cursos de língua estrangeira etc. Muitas vezes, essas crianças, com agendas lotadas, deixam de ser crianças para viverem como pequenos adultos e as justificativas são as mais diversas como: “Será bom para o futuro dele/dela que seja bilíngüe”. Além disso, a correria do cotidiano e a falta de tempo dos pais e das mães em participar da vida de seus filhos e suas filhas fazem com que se supra essa falta com outras atividades. O questionamento não é quanto ao estímulo da aprendizagem e desenvolvimento de outras áreas do conhecimento, mas ao enrijecimento destas experiências, que deixam de dar prazer.

<sup>15</sup> REBOUL, Olivier. **Filosofia da educação**. São Paulo: Nacional, 1984. p. 70.

<sup>16</sup> REBOUL, 1984, p. 71.



Todo esse sistema de classificação que acontece na escola serve necessariamente às idéias políticas da classe burguesa. É a idéia de seleção natural das pessoas, em que umas são classificadas para governar e outras para ser mão-de-obra barata. O ensino burguês não necessita de uma educação que privilegie o pensamento crítico sobre o contexto de quem aprende, não precisa de pessoas que questionem as posições de exploração às quais são determinadas, não quer pessoas que constriam a hierarquia, enfim, não se quer o questionamento.

Uma educação mascarada com o *status quo* burguês fará com que acreditemos que toda pessoa tem o mesmo acesso à escola, que temos as mesmas possibilidades de alcançar um futuro melhor, que todos/as têm a mesma oportunidade de ocupar espaços privilegiados na sociedade, porém, são oportunidades ilusórias.<sup>17</sup> Também em seus conteúdos, a educação acaba direcionando a qualificação das pessoas. Uma escola de periferia encaminhará suas crianças e jovens para cursos técnicos puramente de força e trabalho braçal e um ou outro jovem para alguma graduação. No entanto, uma escola de classe alta direcionará suas crianças e jovens às universidades para cursos que dão status, poder e grande remuneração. Assim o é numa sociedade permeada pela exploração de ser humano sobre ser humano, a escola torna-se a perpetuadora deste sistema.<sup>18</sup>

Sendo assim, necessitamos dar-nos conta de qual política estamos assumindo em nossas práticas educativas. Temos que reconhecer, como destaca Paulo Freire, que somos pessoas históricas, somos agentes históricos e, principalmente, que todo ato educativo é um ato político.<sup>19</sup> Não há como negarmos nossa capacidade de influir no meio em que vivemos e de promover mudanças, mas, para tal, temos que exercer nosso papel de sujeitos da história. Não podemos viver uma vida alienada e passiva em relação ao sistema. Tomando nossa história nas mãos, faz-se imprescindível assumir o nosso papel de cidadão/ã que irá ser fundamentado por nossa convicção política. Se nos colocarmos na posição de omissos, logo seremos parte da massa que é manipulada pelas idéias de outras pessoas que pensaram por nós, não confrontando uma contra-ideologia.

### Educação, política e cidadania

A partir do que discorremos acima, percebemos que não podemos deixar de interrelacionar educação, política e cidadania. De acordo com Reboul<sup>20</sup> são elencadas três soluções para uma educação que venha a superar o ensino de classes. Uma primeira solução é desmascarar a ideologia educativa burguesa, a começar pelos jovens, à medida que eles se desenvolvam e assumam seu papel social. As novas idéias promovidas pela educação nova irão mudar a sociedade. A segunda solução é provocar um colapso em todo o sistema de educação, de forma que, ao agravar voluntariamente a crise, se revolucione um novo modelo de educação. E por fim, a partir da não-diretividade de C. Rogers, é necessário fazer com que as crianças aprendam a assumir em suas mãos suas responsabilidades a tal ponto que quando adultas, não fiquem alienadas de seus deveres de pessoas cidadãs, assumindo para si a sua história, num processo natural.

<sup>17</sup> Cabe lembrar que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/siope\_web/lei\_n9394\_20121996.pdf>. Acesso em 23.05.2008.) estabelece em seu Artigo 3º, no inciso I, que o ensino será ministrado com base nos princípios da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Garante-se algo na lei que não acontece na realidade. Não há como afirmar que a educação brasileira possui igualdade de condições e acesso e. muito menos. permanência na escola para todos/as. Não podemos equiparar que quem não tem nem mesmo o café da manhã para tomar antes de ir para a escola e tem que pegar o coletivo tenha a igualdade de condições de continuar na escola de quem tem as melhores condições econômicas.

<sup>18</sup> REBOUL, 1984, p. 73.

<sup>19</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2005. p. 251.

<sup>20</sup> REBOUL, 1984, p. 73; 74.

A educação, em sua dimensão política, promove a “apropriação dos instrumentos culturais que serão utilizados na luta contra os antagonicos”,<sup>21</sup> como afirma Saviani. Assim sendo, a educação procurará fornecer meios para que os/as educandos/as, através da reflexão, possam intervir na história como sujeitos. Saviani<sup>22</sup> ressalta que não podemos cair no erro de tornar o ato educativo, com sua dimensão política, num “slogan”, de forma que a educação torna-se apenas uma atitude política. Temos que salientar que a relação entre política e educação é intrínseca, porém, não é de igualdade. A política possui sua peculiaridade do antagonismo e a educação tem como objetivo a construção do conhecimento. Resguardando bem cada particularidade podemos infringir uma função política da educação na atuação junto à sociedade, a partir da verdade que é o conhecimento.

Quando deixamos de lado toda a dimensão política e cidadã da educação, acabamos por nos distanciar da vida humana e quando distanciamos a educação da vida não produzimos sentido para o conhecimento adquirido. Não construímos o conhecimento, mas, ao invés, faz-se entrar com rigor o conhecimento nas “cabeças vazias” dos/das educandos/as. É necessário que haja a construção do conhecimento para que se apodere de tal, visto que, para haver a construção, deve-se partir das experiências, de conhecimentos já existentes, pois o conhecimento é significativo quando acontece o novo conhecimento a partir do conhecimento já conhecido, formando assim, o conhecimento de ancoragem. Portanto, a educação que se propõe a ser nova deverá manter a coerência entre a prática e a teoria.<sup>23</sup>

Desta forma, nossa prática poderá fixar-se com a educação que já possuímos, de modo que apenas fundamente as posições sociais existentes no sistema. Também poderemos ser utópicos na busca de uma educação que traga uma revolução social

através do tempo, sacrificando uma geração em prol da revolução, como pregava o stalinismo. A idéia stalinista só faz sentido se, de acordo com as idéias materialistas, a revolução social só acontecer a partir da classe trabalhadora, entretanto, os trabalhadores são pessoas adultas já adestradas pela educação burguesa. No entanto, se quisermos postergar a revolução social à nova geração que está por vir, cairemos num grande problema: tanto a educação quanto a sociedade influenciam-se mutuamente. Não há como negar, e, assim, não acontecerá mudança nenhuma.<sup>24</sup>

Não podemos deixar de acreditar e apostar nas novas gerações, porém, não podemos apenas responsabilizá-las pelas mudanças que hão de vir. Para que as novas gerações tornem-se homens e mulheres adultos/as capazes de pensar por si e que já não aceitam a situação aos/às quais são colocados, temos que estar firmes com nossas idéias, de nossas propostas, de nossa missão como pessoas políticas que exercem a cidadania. Não há como ensinar algo se nós mesmos não o sabemos. Temos que incentivar os questionamentos e dar lugar à antítese. Para que aconteça uma nova realidade social, precisamos desestabilizar nossas posições concretizadas, nossos dogmas e, principalmente, vencer a inércia que nos impede de assumir nosso papel de agentes históricos. Contudo, nossa ação política deve estar encadeada com a ação conjunta de toda uma classe. Não há como mudarmos toda uma situação social se não agirmos de maneira conjunta.<sup>25</sup>

Temos, então, o fim da educação? Temos um objetivo maior que é levar as crianças e jovens a alcançar a idade adulta, tornando-se pessoas críticas, e assim estarão “acabadas”? Isto é uma idéia que não deve existir na educação que propõe um pensar de forma reflexiva. Não podemos denominar como o fim da educação o crescimento natural das pessoas, em que a forma adulta é o ápice da evolução humana e já não há nada mais o

<sup>21</sup> SAVIANI, 2000, p. 85.

<sup>22</sup> SAVIANI, 2000, p. 90-91.

<sup>23</sup> REBOUL, 1984, p. 77.

<sup>24</sup> REBOUL, 1984, p. 77-79.

<sup>25</sup> REBOUL, 1984, p. 79-80.

que aprender. De acordo com Paulo Freire, o ser humano está em constante acabamento, mas não consegue alcançar tal forma completa.<sup>26</sup> Somos pessoas inacabadas e a cada dia devemos refletir sobre nossas ações para que possamos agir de forma melhor. Por isso, não podemos prescindir de nossos impulsos em busca de novos conhecimentos que trazemos de nossa infância e, muito menos, de toda inconformidade de nossa adolescência. Não podemos estagnar-nos numa adolescência permanente, e, sim, como pessoas adultas inacabadas, necessitamos constantemente que nossa mudança esteja em mudança, para que não caiamos no conformismo e na inércia.<sup>27</sup>

Se somos pessoas humanas inacabadas e em constante aprendizagem e crescimento, não há, então, a necessidade de existir a instituição escolar como meio de ensino? Basta que aprendamos em nosso âmbito familiar, na roda de amigos, em nosso trabalho, cada qual a seu bel-prazer, aprendendo o que e como quiser.<sup>28</sup> Essa crítica à instituição escola é importante para refletirmos sobre o caráter insubstituível da escola. Em primeiro lugar, a escola não é um mero infantário, mas possui um caráter de cuidado para com as crianças. Não podemos negar que a criança possui peculiaridades para a construção do conhecimento e que não podemos igualá-las aos adultos. Assim, as descobertas do conhecimento é uma atitude conjunta com as crianças que convivem entre elas e com os adultos.<sup>29</sup>

Em segundo lugar, a escola possui um papel importante de entendimento entre as pessoas que participam de uma determinada sociedade. Não há como negar que existem pessoas que são autodidatas e que aprendem sem o auxílio da escola, porém, tomemos a língua como exemplo, uma pessoa que consiga auto ensinar-se aprenderá um punhado de palavras, mas que acabarão a sucumbir pela falta de sistematização destas

palavras num padrão de linguagem de uma determinada sociedade.<sup>30</sup> Em terceiro lugar, os conhecimentos que vêm sendo descobertos ao longo da história não podem ser colocados como inúteis e que, a partir das nossas experiências, comecemos a “inventar a roda” novamente. A escola também tem o papel de ensinar os conhecimentos carregados pela humanidade sob a perspectiva de construção do conhecimento. Esses conhecimentos devem ser experimentados pelos/as educandos/as para que possam ser significativos na construção de novos conhecimentos. A técnica só não basta, deve haver a reflexão sobre a técnica e a pergunta sobre o sentido que determinada técnica influi em nossa vida.

### A política na universidade

Partindo para a nossa realidade, não podemos deixar de destacar a atuação cidadã e política dos/as universitários/as brasileiros/as. Fazendo um apanhado geral, podemos perceber que há um interesse mínimo em saber as decisões que foram tomadas pela Reitoria, quanto mais ter voz ativa nestas decisões. Um exemplo disso é o aumento dos créditos, que não é discutido com os/as estudantes. Percebo que o objetivo principal dos/as universitários/as é o alcance da formatura com boas médias. Não se luta por melhorias que venham a contribuir para o bem de todos/as.

Penso que existe dois possíveis motivos para essa discrepância entre o discurso político-cidadão e a atuação na universidade. Primeiro, é a falta de compromisso com o coletivo. Cada pessoa vive sua vida e com suas mordomias. Cada um/a está preocupado/a em “salvar o seu”. Não há interesse em lutar por algo que contribua para todos/as, a não ser que haja o beneficiamento dos interesses individuais. Em segundo lugar, o compromisso com o coletivo traz responsabilidade para com o coletivo. A partir do momento em que se entra numa luta pelos direitos do coletivo, cada um/a

<sup>26</sup> FREIRE, 2005, p. 24.

<sup>27</sup> REBOUL, 1984, p. 80-86.

<sup>28</sup> REBOUL, 1984, p. 88-89.

<sup>29</sup> REBOUL, 1984, p. 91.

<sup>30</sup> REBOUL, 1984, p. 91.

torna-se responsável pelo bônus e pelo ônus, e nossa idéia pós-moderna capitalista não permite que tenhamos ônus, mas sim que acumulemos bônus. Estas seriam duas simples explicações que nos fazem entender a desarticulação da luta nas universidades e perceber que convém um aprofundamento posterior em outro momento.

Igualmente, deve-se questionar a posição adquirida pela própria universidade que, por ser um espaço de ensino democrático, haveria de instigar seus/suas alunos/as a exercerem seu papel de político-cidadão. Há uma acomodação para o não questionamento, de forma que as decisões tomadas se tornam mais fáceis. Quando temos pessoas que nos questionam somos constantemente desafiados a fundamentar nossas ações, no entanto, quando apenas reina a tese e a síntese, não há a quem convencer, pois todas as pessoas já estão satisfeitas e convencidas. Às vezes, julga-se o ato de questionar como algo ruim, estabelecendo-se um vínculo de desnecessidade.

### **Considerações finais**

Acredito que este ensaio inicial conseguiu alcançar os objetivos propostos em seu projeto. Conseguimos expor os termos política, como o ato de governar, ou seja, a teoria do governo e cidadania, como a prática da política, o exercício dos direitos e deveres numa sociedade organizada. Identificamos a escola hoje e percebemos que há um imenso vão que separa a teoria da educação da prática escolar. Temos muito a melhorar e é necessário que a cada dia possamos refletir mais sobre nossas ações educativas e não apenas fiquemos em sonhos e utopias, mas torná-los realidade em nossas mãos.

Vemos que existe uma relação intrínseca entre a educação, a política e a cidadania, visto que não existe ato educativo que não seja político. Porém, não podemos confundir político com politicagem, mas político no sentido de que a escola forneça instrumentos aos/às seus/suas alunos/as para que possam, a partir de sua reflexão sobre o meio que os/as cercam, atuar na sociedade. Esta atuação deve promover a mudança, não uma mudança definitiva, mas uma constante reforma através da prática – reflexão sobre a prática – e nova prática. Como pessoas envolvidas no processo de educar, nós não podemos deixar de lutar por isso e tomar consciência de nossas ações para que, ao invés de formar pessoas que “sabem”, possamos construir juntos/as o conhecimento.

Tendo em vista o pensamento da coerência entre a prática e a teoria, esta pesquisa procurou trazer este conhecimento construído para a realidade. Com um olhar sobre a realidade universitária, buscamos observar como acontece o envolvimento cidadão/ã dos/as universitários/as no seu contexto, a universidade. Percebemos que não há uma participação efetiva de seus/suas alunos/as nas decisões tomadas e apontamos dois possíveis motivos. O primeiro é a falta de compromisso com o coletivo, de modo que estamos muito satisfeitos em viver o nosso mundo individual, importando apenas o nosso bem-estar. Segundo, acabamos não nos comprometendo com o coletivo, pois o compromisso exige responsabilidade, tanto sobre o bônus quanto sobre o ônus, e nossa vida individualizada não permite sermos responsabilizados pelo coletivo.